



Leia todo o livro em: [10.1787/tax_wages-2018-en](https://doi.org/10.1787/tax_wages-2018-en)

Tributação de Salários 2018

Sumário em Português

O trabalhador médio nos países da OCDE paga pouco acima de um quarto do seu salário bruto em impostos sobre os rendimentos e contribuições para a segurança social (CSS), um rácio que tem permanecido relativamente estável ao longo das últimas duas décadas. Em média, a taxa de imposto média pessoal líquida (TIMPL), definida como a soma do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS) e as CSS dos trabalhadores menos prestações pecuniárias, como percentagem dos rendimentos brutos do trabalho, cifrou-se em 25,5% para o trabalhador médio solteiro nos países da OCDE em 2017. A Bélgica teve a taxa mais elevada, 40,5%, sendo a Dinamarca e a Alemanha os únicos outros países com taxas superiores a 35%. O Chile e o México foram os países com a TIMPL mais baixa, 7% e 11,2%, respetivamente. A Coreia do Sul foi o único outro país com uma taxa inferior a 15%.

Entre 2016 e 2017, a TIMPL aplicada ao trabalhador médio aumentou em 20 países, diminuiu em 13 e manteve-se inalterada em dois países (Chile e Hungria). Na maioria dos países em que houve alterações da TIMPL, estas ficaram a dever-se a mudanças no IRS, apesar de apenas um país ter aumentado a sua taxa legal (ou seja, os Países Baixos). A maioria dos aumentos do IRS foi impulsionada pelo facto de ter passado a haver uma maior percentagem de rendimentos sujeita a imposto devido à descida do valor das deduções fiscais e créditos fiscais relativamente aos rendimentos. Uma descida nas CSS também teve um papel importante na diminuição da TIMPL no Canadá.

Há uma tónica especial no impacto do sistema fiscal no rendimento disponível das famílias com filhos. Em média, nos países da OCDE, as famílias com filhos têm uma TIMPL inferior à de uma família do mesmo tipo sem filhos, sendo a diferença consideravelmente mais acentuada para um trabalhador solteiro com um nível de rendimento salarial inferior. Esta observação aplica-se igualmente a quase todos os países da OCDE: em 2016, 31 países tinham TIMPL que eram mais baixas para um casal de dois trabalhadores com filhos do que para um casal idêntico sem filhos, e 34 tinham TIMPL mais baixas para trabalhadores solteiros com filhos a dois terços do salário médio do que para o trabalhador solteiro sem filhos. As diferenças nas TIMPL devem-se acima de tudo a prestações pecuniárias mais elevadas para as famílias com filhos. Em muitos países, estas prestações são combinadas com reduções na tributação dos rendimentos singulares devido a tributação conjunta ou a deduções e créditos mais elevados para as famílias com filhos.

Quando se incluem os custos e impostos das entidades patronais, a taxa de imposto efetiva sobre os custos do trabalho do trabalhador médio, ou carga fiscal, foi de 35,9%, um ligeiro decréscimo desde 2016. A carga fiscal mede a diferença entre custos do trabalho para a entidade patronal e a remuneração líquida correspondente do trabalhador. É calculada como a soma do IRS e CSS totais pagos pelos trabalhadores e entidades patronais, menos as prestações pecuniárias recebidas, em termos de percentagem dos custos laborais totais para as entidades patronais.

Apesar de a média da OCDE ter diminuído 0,1% em 2017, 18 países da OCDE registaram um aumento da carga fiscal para o trabalhador médio relativamente a 2016, enquanto 16 países registaram uma diminuição. Em três casos, a diminuição da carga fiscal foi significativa: Hungria (-2,10%), Luxemburgo (-1,76%) e Finlândia (-1,18%). Não houve aumentos superiores a 1%.

Conclusões principais

A TIMPL média na OCDE foi de 25,5% em 2017 (sem alterações desde 2016)

- Em 2017, a TIMPL média mais alta para trabalhadores solteiros sem filhos a auferirem o salário médio verificou-se na Bélgica (40,5%), Alemanha (39,9%) e Dinamarca (35,8%). Os países com a TIMPL mais baixa foram o Chile (7%), México (11,2%) e Coreia do Sul (14,5%).
- Entre 2016 e 2017, a TIMPL aplicada ao trabalhador médio solteiro sem filhos aumentou em 20 de 35 países, diminuiu em 13 e manteve-se inalterada no Chile e na Hungria.

A TIMPL média para famílias em que apenas um dos elementos auferir salário e com filhos foi de 14,0% em 2017

- Em 2017, a TIMPL mais elevada para famílias em que apenas um dos elementos auferir salário e com dois filhos foi na Turquia (25,9%). A Dinamarca foi o único outro país com uma TIMPL superior a 25% (25,3%). Os países com a TIMPL mais baixa foram a República Checa (0,7%), Canadá e Irlanda (1,2%). A TIMPL foi negativa para a Polónia (-4,8%), com as prestações pecuniárias a excederem o IRS total e os pagamentos de CSS dos trabalhadores.
- Entre 2016 e 2017, a TIMPL aplicada a este tipo de agregado familiar aumentou em 25 países, diminuiu em nove e manteve-se inalterada num país (Chile). Os maiores aumentos registaram-se na Irlanda (2,88%) e Austrália (2,90%). Em contraste, os maiores decréscimos registaram-se no Luxemburgo (1,03%) e Polónia (5,06%). A média da OCDE aumentou 0,23%.

A carga fiscal média na OCDE diminuiu em 2017 relativamente a 2016

- Nos países da OCDE, o IRS médio e as CSS totais dos trabalhadores e entidades patronais sobre rendimentos do trabalho ascenderam a 35,9% em 2017, uma diminuição de 0,13%.
- Em 2017, a carga fiscal média mais elevada para trabalhadores solteiros sem filhos a auferirem o salário médio nacional verificou-se na Bélgica (53,7%), Alemanha (49,7%), Itália (47,7%), França (47,6%) e Áustria (47,7%). Os países com cargas fiscais mais baixas foram o Chile (7%), Nova Zelândia (18,1%) e México (20,4%).
- Entre 2016 e 2017, a carga fiscal aumentou em 18 de 35 países, diminuiu em 16 e manteve-se inalterada no Chile.

A carga fiscal média para famílias com filhos foi de 26,1% em 2017

- Em 2017, a carga fiscal mais elevada para famílias em que apenas um dos elementos auferir salário e com dois filhos foi em França (39,4%). A carga fiscal na Bélgica, Finlândia, Grécia, Itália e Suécia situou-se entre os 38% e 39%. A Nova Zelândia foi o país com a carga fiscal mais baixa (6,4%), seguida do Chile (7,0%) e da Suíça (9,1%).
- Entre 2016 e 2017, o maior aumento na carga fiscal para este tipo de agregado familiar foi na Austrália (2,74%), Irlanda (2,60%) e Letónia (1,06%). Os maiores decréscimos registaram-se na Polónia (4,35%) e Hungria (3,05%).
- A carga fiscal para famílias em que apenas um membro auferir salário e com filhos é mais baixa do que para solteiros sem filhos em todos os países da OCDE, com exceção no Chile e no México, onde ambos os tipos de agregado familiar são taxados de forma idêntica. As diferenças são superiores a 15% dos custos laborais na Bélgica, Canadá, República Checa, Alemanha, Hungria, Irlanda, Luxemburgo e Eslovénia.

© OECD

Este sumário não é uma tradução oficial da OCDE.

A reprodução deste sumário é permitida desde que sejam mencionados o copyright da OCDE e o título da publicação original.

Os sumários multilingües são traduções dos excertos da publicação original da OCDE, publicada originariamente em Inglês e Francês.



[Leia toda a versão em inglês na iBiblioteca OCDE \(OECD iLibrary\)!](#)

© OECD (2018), *Taxing Wages 2018*, OECD Publishing.

doi: 10.1787/tax_wages-2018-en